



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 51ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
1.2 - Reunião de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário
2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/7/2012

Presidência dos Deputados José Henrique, Dalmo Ribeiro Silva e Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios e cartão - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.314 a 3.317/2012 - Requerimentos nºs 3.391 a 3.412/2012 - Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública, de Esporte, da Pessoa com Deficiência, de Segurança Pública e de Direitos Humanos - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Almir Paraca, Elismar Prado, Glaycon Franco e Duarte Bechir - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.056, 2.169, 2.196 e 2.523/2011; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Lafayette de Andrada; aprovação - Inexistência de quórum para votação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.099/2012; discurso do Deputado Rogério Correia; apresentação das Emendas nºs 1 a 11; não recebimento de emenda do Deputado Carlin Moura; encerramento da discussão; encaminhamento das emendas com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.128/2012; apresentação do Substitutivo nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento do substitutivo com o projeto à Comissão de Administração Pública - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2011; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2012; encerramento da discussão - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Inácio Franco - Jayro Lessa - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Paulo Lamac - Pindaça Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte
1ª Fase (Expediente)
Ata

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Marques Abreu, 1º-Secretário “ad hoc”, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Antonio Joaquim, Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, encaminhando um exemplar do plano estratégico dessa Associação para o período 2012-2017. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Poços de Caldas, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Direitos Humanos encaminhado por meio do Ofício nº 249/2012/SGM.

Do Sr. Domingos Sálvio Teixeira, Diretor da Logiguarda Guarda de Veículos e Equipamentos Ltda., prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Direitos Humanos encaminhado por meio do Ofício nº 986/2012/SGM.

Do FNDE (129), informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, destinados a garantir a execução de programas desse Fundo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Gaspar Bissolotti Neto, Presidente da Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal, informando que o conselho de representantes dessa Federação aprovou uma moção de apoio ao Decreto nº 7.724, de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 2011, desde que se evite a individualização, por constituir-se em ato abusivo que invade a privacidade alheia. (- À Comissão de Administração Pública.)

Da Sra. Graça Ferraz, Secretária da União dos Legisladores e Legislativos Estaduais, informando que o Deputado Jamily Asfury representará o Deputado Joares Ponticelli na mesa de instalação do Fórum Legislativo de Segurança Pública. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Do Cel. PM Hebert Fernandes Souto Silva, Corregedor da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.969/2011, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Leonardo Duque Barbabela, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.444/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Lídia Maria de Carvalho Otoni Vasconcelos, Secretária Municipal de Governo de Belo Horizonte (interina), prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.769/2012, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Magda L. G. Moreira, da Secretaria da 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.244/2011, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Marcos Coelho de Carvalho, Prefeito Municipal de Araguari, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.127/2012, da Comissão de Cultura.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (14), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.106/2011, da Comissão de Participação Popular; 2.242/2011, da Comissão de Meio Ambiente, 2.463 e 2.465/2012, da Comissão de Transporte; 2.225 e 2.228/2011, 2.816, 2.817, 2.950 e 2.983/2012, da Comissão de Segurança Pública; 2.940/2012, da Comissão da Pessoa com Deficiência; 2.330/2012, do Deputado Carlin Moura; 2.485 e 2.941/2012, do Deputado Marques Abreu.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.130/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública. (- À Comissão Especial da Dívida Pública.)

Do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, Secretário de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.930/2011, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Ronaldo Marcelino Fonseca, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Municipal de Vespasiano, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.019/2012, da Comissão de Educação.

Da Sra. Salete Valesan Camba, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.280/2011, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Sandra Araújo, Secretária Executiva do Governador do Estado, agradecendo em nome deste o convite para a solenidade de instalação do Fórum Legislativo de Segurança Pública. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Da Sra. Santuza Abras, Reitora em exercício da Uemg, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.145/2011, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Sônia Maria de Sousa Pinto, Chefe de Gabinete (substituta) do Ministério da Cultura, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Participação Popular encaminhado por meio do Ofício nº 1.442/2012/SGM.

CARTÃO

Da Sra. Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção a requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva pela passagem do Dia do Defensor Público.



2ª Fase (Grande Expediente) Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.
- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.314/2012

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro dos Trezentos - Ascobatre -, com sede no Município de Machado.
A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro dos Trezentos - Ascobatre -, com sede no Município de Machado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de julho de 2012.

Antônio Carlos Arantes

Justificação: A Associação Comunitária do Bairro dos Trezentos foi criada em agosto de 2005 e foi regularizada em 13/3/2006, a partir do interesse social, econômico e educacional da comunidade da cidade de Machado.

A Associação tem por finalidades: promover o desenvolvimento socioeconômico de seus associados através de obras e ações, com recursos próprios ou obtidos por doações e empréstimos; representar a comunidade junto aos órgãos públicos e privados no atendimento de suas reivindicações; proporcionar aos associados e a seus dependentes atividades econômicas, sociais, produtivas, tecnológicas, educacionais, ecológicas e culturais.

São também princípios da Associação: buscar alternativas que possam contribuir para o fomento e a racionalização das explorações agropecuárias e de bem-estar social; proporcionar a melhoria do convívio entre os associados e conscientizar a comunidade de suas potencialidades, auxiliando-a a responder aos seus anseios. Além disso, apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, dispostos na Lei nº 12.972, de 27/7/98, razão pela qual solicitamos a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.315/2012

Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Cachoeira de Minas - Acicam -, com sede no Município de Cachoeira de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Cachoeira de Minas - Acicam -, com sede no Município de Cachoeira de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de julho de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A Associação Comercial e Industrial de Cachoeira de Minas - Acicam -, com sede no Município de Cachoeira de Minas, é uma entidade civil de direito privado com prazo indeterminado, que tem por finalidades defender os interesses das classes que congrega constituindo-se seu legítimo órgão de representação coletiva e individual; defender o espírito associativo a harmonia e a solidariedade entre comerciantes, industriais e todos os que componham seu quadro social; empenhar-se pelo aprimoramento ético dos associados no desempenho de suas atividades profissionais e estimular ou patrocinar a realização de exposições e promoções de produtos comerciais, industriais ou realizá-las diretamente, de forma exclusiva ou em parceria com outra entidade, de direito público ou privado, a fim de incrementar a produtividade do comércio e da indústria.

A sua diretoria é constituída por pessoas de reconhecida idoneidade não remuneradas pelo exercício de suas funções. A entidade tampouco distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores sob nenhuma forma, destinando a totalidade das rendas apuradas ao cumprimento de suas finalidades.

Por sua importância e por atender aos requisitos previstos na Lei nº 12.972, de 1998, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, contamos com o apoio de nossos nobres pares para aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Turismo, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.316/2012

Dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedra do Anta o trecho que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica desafetado o trecho da Rodovia MG - 120, compreendido entre o Km 18 e o Km 19.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Pedra do Anta a área de que trata o art. 1º.

Parágrafo único - A área a que se refere o "caput" deste artigo integrará o perímetro urbano do Município de Pedra do Anta e se destinará à instalação de via urbana.



Art. 3º - O trecho de rodovia objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 2º.

Sala das Reuniões, 4 de julho de 2012.

Zé Maia

Justificação: Submetemos à apreciação desta Casa Legislativa este projeto de lei, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedra do Anta o trecho que especifica.

Com efeito, trata-se de bem público de uso comum do povo, de propriedade do Estado, gerenciado pelo DER-MG, constituído pelo trecho da Rodovia MG-120 compreendido entre o Km 18 e o Km 19.

A importância dessa doação se deve ao fato de que o trecho já integra o perímetro urbano municipal, possuindo todas as características necessárias para a instalação de via urbana. Assim, torna-se de suma importância que Pedra do Anta possa assumir definitivamente a responsabilidade pela manutenção e conservação da via pública, para favorecer a autonomia do Município e, sobretudo, atender aos anseios da população.

Diante do exposto, pedimos o apoio e a compreensão dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.317/2012

Define as diretrizes da Educação para o Trânsito no âmbito das redes de ensino pública e privada do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os estabelecimentos de ensino da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), das redes de ensino público e privada ficam obrigados a incluir o tema “trânsito” como eixo temático integrador ao projeto político-pedagógico de cada unidade escolar.

§ 1º - O desenvolvimento do tema “trânsito” deve expressar a sintonia do processo educativo com a vida e as peculiaridades do contexto regional em que se insere, sendo abordado de forma interdisciplinar.

§ 2º - O aprofundamento e a exploração do tema “trânsito” como uma prática educativa cotidiana não significa a inclusão de matérias ou disciplinas específicas, mas permearão, dentro de um tratamento transversal, todo o currículo, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, ajustando-se, por isso, à idade do estudante e ao nível de aprendizagem.

Art. 2º - As atividades e outras ações desenvolvidas conforme as estratégias adotadas no projeto político-pedagógico de cada estabelecimento de ensino compreenderão orientações enfocadas na promoção da cidadania, na garantia do direito de ir, vir e estar em segurança em espaços e vias públicas, na legitimação de valores éticos e na preservação da vida, objetivando:

I - compreender o trânsito como espaço de comunicação e convivência social;

II - reconhecer a importância do ato individual no trânsito; e

III - questionar e promover mudanças cabíveis na realidade do trânsito.

Art. 3º - Os órgãos e entidades do sistema estadual de trânsito, sob a coordenação do órgão executivo estadual e em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, desenvolverão cursos de capacitação para os profissionais da educação, nas modalidades de ensino presencial ou a distância, visando a inclusão do tema “trânsito”, de forma interdisciplinar, no projeto político-pedagógico das escolas.

Art. 4º - Às Secretarias de Educação, estadual e municipais caberão:

I - assegurar condições de capacitação dos profissionais do quadro de pessoal do magistério;

II - garantir a veiculação de informações e/ou materiais didáticos que subsidiem o desenvolvimento dessa proposta curricular e que atendam às exigências da sociedade; e

III - acompanhar e avaliar os resultados dos projetos político-pedagógicos desenvolvidos.

Parágrafo único - Será obrigatória, para os professores da rede pública de ensino em estágio probatório, a capacitação em educação no trânsito.

Art. 5º - Faculta-se às escolas do ensino médio a implantação da formação teórico-técnica do processo de habilitação de condutores como atividade extracurricular, em observância ao disposto na Resolução nº 265, de 14 de dezembro de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 6º - Com fundamento no disposto no art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para a execução das ações relativas a implantação e implementação da educação para o trânsito no Estado será utilizado no mínimo 1,5% (um vírgula cinco por cento) dos recursos da arrecadação estadual provenientes das multas de trânsito de competência do Estado, inclusive por delegação.

Parágrafo único - Os Municípios que instituam órgãos e/ou entidades executivas de trânsito, que arrecadam suas multas, internalizarão, mediante termo de adesão, o mesmo percentual citado no “caput”, no fundo de que trata o art. 7º desta lei.

Art. 7º - Objetivando assegurar a internalização dos recursos de que trata o artigo anterior e seu parágrafo único, fica autorizado o Poder Executivo a instituir, mediante regulamento, o Fundo de Educação para o Trânsito do Estado de Minas Gerais, o qual albergará as seguintes despesas:

I - treinamento de professores das redes pública e privada de ensino, com fornecimento de materiais e equipamentos instrucionais;

II - aquisição, produção e/ou distribuição de materiais didáticos e escolares adequados, a serem utilizados na rede pública de ensino.

Parágrafo único - A gestão do Fundo citado no “caput” fica sob a coordenação do órgão executivo de trânsito estadual e da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, fazendo valer seus efeitos orçamentários e financeiros a partir de 1º de janeiro de 2013.

Sala das Reuniões, 4 de julho de 2012.



Bosco

Justificação: Como tema emergente em nossa sociedade se situa o trânsito, constituindo questão de sobrevivência humana que urge intervenção governamental rápida, efetiva e eficaz.

Na nossa mídia escrita, falada, televisionada, afloram números assustadores que traduzem, em sua quase totalidade, a inobservância ao cumprimento às leis de trânsito, apresentando-se como obstáculo para a concretização da plena cidadania.

E a melhor maneira de reverter esse quadro, em que 90% dos acidentes de trânsito se relacionam ao fator comportamento humano, será desenvolvendo uma mentalidade de prevenção, enfocada na criança e no jovem adolescente, por meio de uma prática educativa cotidiana, para que sejam capazes de usufruir seus direitos e assumir com responsabilidade seus deveres.

Assim, se o conceito de trânsito abarca um trabalho de formação de comportamentos, cuja essência passa pelo desenvolvimento de princípios e conhecimentos adquiridos a todo momento, de acordo com a realidade vivenciada, com o grau de escolaridade, necessário se faz que o tema “trânsito” integre de forma permanente, sistemática e gradativa a educação formal, por meio do projeto pedagógico da escola.

Isso somente será possível através da educação para o trânsito, que representa muito mais que uma mera aprendizagem de normas e sinalização, mas uma aprendizagem de hábitos e comportamentos capazes de modificar atitudes diante da complexidade do trânsito.

Não se formam comportamentos exclusivamente com atividades esparsas e esporádicas - palestras, visitas a cidades mirins, campanhas educativas - que, embora constituindo complementos pedagógicos importantes num programa de educação de trânsito, não formam o comportamento da criança para vivência no trânsito.

Um projeto político-pedagógico deve incorporar, necessariamente, os dilemas sociais de uma dada organização social no planejamento de ações educativas. Dessa forma, é possível superar a noção de aprendizagem como mero reflexo condicionado, para uma compreensão do significado da formação humana, vinculada às condições concretas de vida dos educandos.

Qualquer ação educativa de trânsito que tenha como objetivo ensinar valores deve ser permanente. E para isso, as ações devem ser planejadas, programadas, pensadas e desenvolvidas no decorrer de todo o ano, envolvendo toda a comunidade escolar.

Com essa visão, pode-se até avocar para as ações a serem implementadas o objetivo da interdisciplinaridade, qual seja, “o de promover a superação da visão restrita do mundo e a compreensão da complexidade da realidade, ao mesmo tempo resgatando a centralidade do homem na realidade e na produção do conhecimento, de modo a permitir ao mesmo tempo uma melhor compreensão da realidade e do homem como o ser determinante e determinado”. (LÜCK, Heloisa. *Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994).

Nesse sentido faz-se necessário que o tema “trânsito” integre de forma obrigatória o projeto pedagógico de todas as escolas da rede pública de Minas Gerais, envolvendo o conjunto dos professores de cada educandário, visando a integração de todas as áreas do conhecimento, superando a fragmentação do ensino, a fim de que o aluno seja capaz de desenvolver capacidades que lhe permitam intervir na realidade para transformá-la.

Sem essa obrigatoriedade, o ensino do trânsito, não eleito nos Parâmetros Curriculares Nacionais como tema transversal, fica a critério de cada escola, contemplado de maneira casual por um número reduzido de professores no universo escolar, cujo ensinamento não permite realmente fomentar comportamentos, desenvolver atitudes e potencializar valores.

O trânsito seguro é um direito de todos, sejam aqueles vivendo em grandes centros urbanos ou em pequenas comunidades rurais, e como tal tem que ser fomentado para atingir a todos os estabelecimentos de ensino, de modo a preparar as nossas crianças para agirem corretamente no trânsito e, conseqüentemente, enfrentarem com melhores condições o futuro que as aguarda.

A obrigatoriedade da inclusão desse tema no projeto político-pedagógico das escolas mineiras, com todos os professores falando a mesma linguagem, vai criar, sem dúvida, um futuro diferente no trânsito, marcado por um comportamento civilizado, pelo reconhecimento do valor da vida, pelo respeito ao próximo, pela solidariedade, resgatando o nome de Minas Gerais com sua exclusão do ranking dos acidentes de trânsito no País.

Acrescenta-se ao exposto que esta proposta vem ao encontro do tema oficial do corrente ano da campanha da fraternidade, pois trânsito é questão de saúde pública. A prevenção de mortes e sequelas provocadas pelos acidentes nas vias urbanas e rurais brasileiras passou a fazer parte, também, das preocupações das autoridades de saúde, que vêm buscando formas de contribuir para a redução da violência no trânsito.

Ademais, recente resolução do Conselho Nacional de Educação que define as diretrizes curriculares do ensino médio torna obrigatório o ensino da educação no trânsito, nesse nível de ensino, como disposto no art. 10:

“Art. 1º - A presente Resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a serem observadas na organização curricular pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares.

(...)

Art. 10 - Em decorrência de legislação específica, são obrigatórios:

(...)

II - Com tratamento transversal e integradamente, permeando todo o currículo, no âmbito dos demais componentes curriculares:

(...)

d) educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro);”.

Pela relevância da proposição, solicitamos aos nobres pares a sua aprovação.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Leonardo Moreira. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.013/2011, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.



REQUERIMENTOS

Nº 3.391/2012, do Deputado Ulysses Gomes, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a equipe Uai!rior, da Universidade Federal de Itajubá, por vitórias obtidas no Winter Challenge, 8ª Edição, maior evento de robótica da América Latina, e pelos dois títulos mundiais conquistados na RoboGames - 2012, realizados nos Estados Unidos. (- À Comissão de Educação.)

Nº 3.392/2012, do Deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Moacyr Lobato de Campos Filho por sua posse como Desembargador do Tribunal de Justiça. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 3.393/2012, do Deputado Jayro Lessa, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sebrae-MG pelo transcurso dos 40 anos dessa entidade. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 3.394/2012, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Márcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte, por ter recebido no Congresso Nacional prêmio de destaque nacional do programa Prefeito Amigo da Criança, uma iniciativa da Fundação Abrinq. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.395/2012, da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para que seja reativada a Delegacia Especializada de Repressão ao Tóxico da Polícia Civil no Município de Montes Claros e para que seja analisada a possibilidade de implantação do Centro de Acolhimento ao Adolescente em Uso de Drogas e à sua Família, na forma do projeto encaminhado a essa Secretaria pelo Conselho Municipal de Política sobre Drogas e pelo Conselho Maçônico de Segurança Pública de Montes Claros. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.396/2012, da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a inclusão, em caráter prioritário, do Município de Montes Claros no Programa Aliança pela Vida. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 3.397/2012, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Turismo pedido de informações sobre o andamento das emendas parlamentares contempladas no orçamento do Estado direcionadas aos programas e ações relativos à estratégia de regionalização do turismo - Circuitos Turísticos.

Nº 3.398/2012, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Cemig e à Cemig S pedido de informações sobre a motivação da demissão de funcionários da Cemig Serviços ocorrida nos últimos meses, especialmente dos funcionários que menciona. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Nº 3.399/2012, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público, ao Tribunal de Justiça e à Defensoria Pública do Estado pedido de providências para que seja incluída matéria referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente nos cursos preparatórios de suas respectivas carreiras.

Nº 3.400/2012, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Secretaria do Desenvolvimento Social pedido de providências para a realização de diagnóstico sobre o trabalho infantil no Estado.

Nº 3.401/2012, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social e à Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo pedido de providências para a definição de uma agenda de ações de prevenção do trabalho infantil e de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, tendo em vista a realização da Copa das Confederações, em 2013, e da Copa do Mundo, em 2014, com a ampliação dos investimentos para a efetivação dessa agenda.

Nº 3.402/2012, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja incluída em sua grade curricular matéria referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nº 3.403/2012, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado às Corregedorias do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e da Defensoria Pública e ao Conselho Nacional de Justiça pedido de providências para coibir a expedição de autorização judicial para o trabalho de adolescentes menores de 16 anos de idade - exceto na condição de aprendiz, para adolescentes de 14 a 16 anos -, conforme previsto na Lei Federal nº 10.097, de 2000.

Nº 3.404/2012, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de providências para a ampliação dos investimentos para a melhoria da estrutura e das condições de trabalho do Conselho Estadual de Assistência Social e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Nº 3.405/2012, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que seja enviado a esta Casa projeto de lei de planos de cargos e salários para os servidores da Emater-MG.

Nº 3.406/2012, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Emater-MG pedido de providências para o fortalecimento e a ampliação dos projetos voltados para a juventude rural no âmbito do Programa Minas sem Fome, em especial o Projeto Transformar.

Nº 3.407/2012, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional do Inkra pedido de providências para a realização de vistoria no Projeto de Assentamento Lagoa Dourada, com o objetivo de viabilizar a liberação dos recursos do Banco do Brasil para a construção de casas.

Nº 3.408/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhadas ao Senador Vital do Rego e ao Deputado Federal Odair Cunha, respectivamente Presidente e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional instaurada para apuração de práticas criminosas desvendadas pelas operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal, cópia do relatório da visita da Comissão de Direitos Humanos à Delegacia da Polícia Federal de Juiz de Fora realizada em 15/6/2012, transcrição do depoimento de A.J.M., acompanhada de mídia com registro em áudio, e pedido de providências para a apuração dos fatos.

Nº 3.409/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria-Geral do Ministério Público pedido de providências para apurar os fatos constantes no trecho das notas taquigráficas da 18ª Reunião Ordinária dessa Comissão em que o Sr. Jésus Santa Ana da Rocha apresenta denúncia contra a conduta funcional da Promotora de Justiça da Comarca de Sabará durante a tramitação do processo criminal movido contra o denunciante perante o Tribunal do Júri dessa Comarca.



Nº 3.410/2012, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Faculdade de Direito da UFMG para que disponibilize informações sobre a história e a reestruturação do curso de Ciências do Estado na página da internet da referida Faculdade.

Nº 3.411/2012, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para disponibilizar recursos para melhoria da iluminação do prédio onde funciona a Escola Estadual Leônidas Marques Afonso, situada no Município de Jaboticatubas.

Nº 3.412/2012, da Comissão de Educação, em que solicita seja formulada manifestação de apoio à Diretoria da Faculdade de Direito da UFMG pela consolidação e pelo fortalecimento do curso de Ciências do Estado da referida Faculdade.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Administração Pública, de Esporte, da Pessoa com Deficiência, de Segurança Pública e de Direitos Humanos.

Oradores Inscritos

- O Deputado Antônio Carlos Arantes profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Com a palavra, para seu pronunciamento, o Deputado Almir Paraca.

- Os Deputados Almir Paraca, Elismar Prado, Glaycon Franco e Duarte Bechir proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 3.399 a 3.404/2012, da Comissão do Trabalho, 3.405 a 3.407/2012, da Comissão de Política Agropecuária, 3.408 e 3.409/2012, da Comissão de Direitos Humanos, e 3.410 a 3.412/2012, da Comissão de Educação. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Administração Pública - aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, em 3/7/2012, do Projeto de Lei nº 3.168/2012, do Deputado Doutor Viana, e do Requerimento nº 3.327/2012, da Comissão Especial da Violência Contra a Mulher; de Esporte - aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, em 3/7/2012, do Projeto de Lei nº 3.190/2012, da Deputada Rosângela Reis; da Pessoa com Deficiência - aprovação, na 14ª Reunião Ordinária, em 4/7/2012, dos Requerimentos nºs 3.248 e 3.351/2012, do Deputado Marques Abreu; de Direitos Humanos - aprovação, na 20ª Reunião Ordinária, em 4/7/2012, dos Requerimentos nºs 3.325, 3.326 e 3.330/2012, da Comissão Especial da Violência contra a Mulher (Ciente. Publique-se.); e de Segurança Pública - cujo teor foi publicado na edição anterior.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.169, 2.196 e 2.523/2011 (À sanção.).

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.056/2011, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pocrane os imóveis que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

2ª Fase

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Lafayette de Andrada em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 3.099 e 3.128/2012 sejam apreciados, em primeiro lugar, nessa ordem, entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.). Aprovado. A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para a discussão das matérias constantes na pauta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.099/2012, do Governador do Estado, que promove incorporação de parcela da Gedima ao vencimento básico dos servidores das carreiras do Instituto Mineiro de Agropecuária, reajusta as tabelas de vencimento básico da carreira de Auditor Interno do Poder Executivo, altera as Leis nºs 15.463, de 13/1/2005, e 18.974, de 29/6/2010, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

- O Deputado Rogério Correia profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Não há outros oradores inscritos.



- Vêm à Mesa as Emendas nºs 1 a 11, cujo teor foi publicado na edição anterior.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto uma emenda do Deputado Sávio Souza Cruz, que recebeu o nº 1, uma do Deputado Ulysses Gomes, que recebeu o nº 2, duas do Deputado Neider Moreira, que receberam os nºs 3 e 8, duas do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que receberam os nºs 4 e 5, duas do Deputado Carlin Moura, que receberam os nºs 6 e 7, e três do Deputado Rogério Correia, que receberam os nºs 9 a 11, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha as emendas com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, para parecer.

A Presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber uma emenda do Deputado Carlin Moura, por guardar identidade com a Emenda nº 1, do Deputado Sávio Souza Cruz.

- O teor da emenda não recebida foi publicado na edição anterior.

A Presidência informa, ainda, que as emendas encaminhadas pelo Governador do Estado por meio das Mensagens nºs 237/2012, publicada em 24/5/2012, e 261/2012, publicada em 20/6/2012, foram contempladas nos pareceres das Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira, respectivamente, e serão arquivadas nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.128/2012, do Governador do Estado, que altera o art. 96 da Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública, de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa o Substitutivo nº 1, cujo teor foi publicado na edição anterior.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto um substitutivo do Deputado Rogério Correia, que recebeu o nº 1, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha o Substitutivo com o projeto à Comissão de Administração Pública, para parecer.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2011, do Deputado Ulysses Gomes e outros, que altera o § 1º do art. 59 da Constituição do Estado para vedar a posse de suplentes de Deputados durante o recesso parlamentar, excetuando-se a hipótese de convocação extraordinária. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2012, do Deputado Délio Malheiros e outros, que altera o art. 21 da Constituição do Estado, ficando vedada a investidura e a nomeação para agentes públicos de pessoas inelegíveis em razão de atos ilícitos, nos termos da legislação federal. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 5, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/6/2012

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlin Moura e Paulo Guedes. Havendo número regimental, o Deputado Adelmo Carneiro Leão, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e, nos termos do art.120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a averiguar as denúncias de intoxicação apresentadas pelos funcionários da extinta Superintendência de Combate à Malária - Sucam -, órgão ligado à Funasa e ao Ministério da Saúde. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Gilson de Carvalho Queiroz Filho, Presidente da Funasa, representando Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde; Vera Lúcia Campos Ferreira, Agente Administrativo do Ministério da Saúde em Minas Gerais, representando Alencar Tadeu Winter, Gestor do Ministério da Saúde em Minas Gerais; Jussara Griffó, Diretora da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais e Diretora do Sindicato dos Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal no Estado de Minas Gerais; Carlos Henrique de Melo, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Ativos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal no Estado de Minas Gerais; Vando Euripes da Silva, Guarda de Endemias e Filiado do Sindicato dos Trabalhadores Ativos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal no Estado de Minas Gerais; Guilherme da Silva Malta, Servidor do Ministério da Saúde, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Paulo Guedes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Nesse ínterim, assume os trabalhos o Deputado Doutor Viana, que abre a fase dos debates. Segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente - Doutor Viana - Adelmo Carneiro Leão.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/6/2012

Às 10h50min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Wilson Batista, Elismar Prado, Marques Abreu e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Em seguida, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Deputado Lafayette de Andrada, Líder do Bloco Transparência e Resultado, indicando o nome do Deputado Delvito Alves para membro efetivo dessa Comissão; do Sr. Alex Sandro Gonçalves Pereira, Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.882/2012, que encaminhou ao Ministério do Trabalho e Emprego pedido de providências para o aumento da fiscalização relativa ao cumprimento da lei de cotas que reserva, nos setores público e privado, vagas de emprego para as pessoas com deficiência; e do Sr. Leonardo Mattos, Vereador Municipal de Belo Horizonte, sugerindo seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão para debater a educação dos surdos no Estado, em especial o fechamento de escolas estaduais bilíngues para surdos. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.041/2011, na forma do Substitutivo nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Doutor Wilson Batista). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.218/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran - MG pedido de informações sobre as medidas adotadas em relação à acessibilidade arquitetônica das clínicas cadastradas para a realização de exame médico, visando à obtenção e à renovação da carteira de habilitação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2012.

Doutor Wilson Batista, Presidente – Marques Abreu – Carlos Pimenta – Elismar Prado.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/6/2012

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite e André Quintão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.154 e 3.157/2012, em turno único (Deputado Tadeu Martins Leite), e 3.190/2012, em turno único (Deputado André Quintão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 135/2011 com a Emenda nº 1; e 3.126, 3.132, 3.140, 3.155, 3.159/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.244/2012. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 181 e 1.927/2011; 2.791, 2.980, 3.080 e 3.101/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Marques Abreu, André Quintão e Tadeu Martins Leite em que solicitam seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Esportes e da Juventude solicitando empenho na liberação de recursos para a construção de uma quadra poliesportiva no Município de João Monlevade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2012.

Marques Abreu, Presidente – Fabiano Tolentino – Elismar Prado.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/6/2012

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Délio Malheiros e Duílio de Castro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Liza Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir as dificuldades enfrentadas pelos consumidores para efetuar a portabilidade de financiamento bancário, em especial na obtenção de contratos e na emissão de boletos para quitação antecipada e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os



trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Laura Santos, Coordenadora do Procon Municipal de Belo Horizonte; Gianni Carla Ferreira Maia e Campos, Coordenadora do Procon Campo Belo; e os Srs. Jacson Rafael Campomizzi, Procurador de Justiça e Coordenador do Procon Estadual; Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon Assembleia; Gilberto Dias de Souza, Gerente do Procon Assembleia; Cristiano Elderson de Araújo Abreu, Advogado de Prerrogativas da OAB-MG; Eduardo de Souza Floriano, Assessor Jurídico do Procon Municipal de Juiz de Fora; Bartolomeu Ribeiro, Diretor da BV Financeira; Ricardo Martins Motta, advogado da BV Financeira; Clélio Vieira Santa Bárbara, Agenciador de Negócios; Wendell Coelho, advogado, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente como autor do requerimento que deu origem ao debate tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra ao Deputado Duilio de Castro, também autor do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado, e dos Deputados Délio Malheiros, Duilio de Castro, Vanderlei Miranda, Romel Anízio, Fabiano Tolentino e Antônio Carlos Arantes (3) em que solicitam seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/MG - e ao Departamento Estadual de Obras Públicas - DEOP/MG - pedido de providências para que construam a alça viária no Município de Pains; seja encaminhado ofício ao Consórcio "Nascentes das Gerais" solicitando que envie à Assembleia Legislativa relatórios bimestrais de gestão contendo informações sobre arrecadação, tráfego e segurança, entre outras. Solicitam, ainda que tais relatórios sejam elaborados em linguagem acessível ao cidadão não especialista; seja encaminhado ofício ao Consórcio "Nascentes das Gerais", concessionária do contrato de Parceria Público-Privada da Rodovia MG-050, para que envie a esta Comissão os planos anuais de melhoria de segurança daquela via elaborados desde de início da vigência da referida parceria; solicita, ainda, que cópia dos novos planos anuais de segurança sejam remetidos a esta Comissão assim que elaborados; Antônio Júlio em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o novo programa de universalização a telefonia móvel "Minas Comunica II"; solicita, ainda, que seja enviado a essa Comissão a minuta do edital de licitação; Liza Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a matéria veiculada no jornal "Estado de Minas", no Caderno de Economia, de 16/7/2012, onde cita nome de algumas empresas frigoríficas que promovem adulteração no peso e na qualidade da carne colocada para o consumo em nosso estado; Délio Malheiros, Liza Prado e Duilio de Castro (3), em que solicitam seja encaminhado ao Consórcio Arena Independência pedido de informações sobre os critérios, locais de vendas e demais condições relativas à venda de ingressos dos jogos realizados no Estádio Independência; seja encaminhada à Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis - cópia das notas taquigráficas, para que todos os magistrados mineiros tomem conhecimento do debate realizado, bem como ao Procon Estadual para que os dados trazidos nessa audiência sejam eventualmente utilizados para ajuizamento de ação civil pública; e em que solicitam à Gerência de Consultoria Temática desta Casa a elaboração de cartilha informativa sobre a portabilidade bancária a fim de dar amplo conhecimento aos consumidores mineiros sobre o tema. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2012.

Délio Malheiros, Presidente - Antônio Júlio - Duilio de Castro - Liza Prado.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/6/2012

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a estabelecer diretrizes do Fórum Legislativo de Segurança Pública e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Deputado Federal Efraim Filho, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados; Deputado Cabo Maciel, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas; Deputado Gilsinho Lopes, Presidente da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo; Deputado Major Araújo, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás; Deputado Cabo Almi, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul; Deputado Capitão Samuel, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado do Sergipe; Deputado Sargento Aragão, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Tocantins; Deputado Delegado Cavalcante, Presidente da Comissão de Defesa Social da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Deputado Sargento Amauri Soares, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos membros da Comissão, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2012.

João Leite, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Sargento Rodrigues - Maria Tereza Lara.



ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/6/2012

Às 14h15min, comparecem na Sala das Reuniões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro. Havendo número regimental, o Deputado Dinis Pinheiro declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a cooperação dos Estados nas questões relacionadas à segurança pública, bem como a instalar o Fórum Legislativo de Segurança Pública. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Efraim Filho, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados; Walter Prado, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e membro da Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança e Municipalismo da Assembleia Legislativa do Acre; Cabo Maciel, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Amazonas; Gilsinho Lopes, Presidente da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa do Espírito Santo; Major Araújo, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás; Cabo Almi, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul; Capitão Samuel, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Sergipe; Sargento Aragão, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Tocantins; Delegado Cavalcante, Presidente da Comissão de Defesa Social da Assembleia Legislativa do Ceará; Sargento Amauri Soares, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; Fábio Manhães Xavier, Coordenador-Geral de Análise e Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria Nacional de Segurança Pública, representando o Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça; a Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública; os Srs. Denilson Feitosa, Secretário Adjunto de Defesa Social, representando o Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado; Robson Lucas da Silva, Subsecretário de Promoção da Qualidade e Integração do Sistema de Defesa Social; a Sra. Roberta de Mesquita Ribeiro, Defensora Pública, representando a Sra. Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral; o Cel. PM Divino Pereira de Brito, Chefe do Estado-Maior da PMMG, representando o Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, Comandante-Geral dessa corporação, e o Sr. Wellington Peres Barbosa, Delegado-Geral de Polícia, representando a Polícia Civil, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem ao debate público, para suas considerações iniciais. Logo após, o Presidente instala o Fórum Legislativo de Segurança Pública, que tem por objetivo estabelecer a cooperação entre os Poderes Legislativos Estaduais nas questões relativas à segurança pública, e dá posse a sua Mesa, que tem a seguinte composição: Presidente, Deputado João Leite; Vice-Presidente da Região Norte, Deputado Cabo Maciel; Vice-Presidente da Região Nordeste, Deputado Delegado Cavalcante; Vice-Presidente da Região Centro-Oeste, Deputado Cabo Almi; Vice-Presidente da Região Sudeste, Deputado Gilsinho Lopes; Vice-Presidente da Região Sul, Deputado Sargento Amauri Soares; e Secretário, Deputado Sargento Rodrigues. O Deputado Dinis Pinheiro retira-se da reunião, assumindo a Presidência dos trabalhos o Deputado João Leite, que, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2012.

João Leite, Presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Sargento Rodrigues.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/6/2012

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Duarte Bechir, Sargento Rodrigues e Rogério Correia (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a dar continuidade à discussão sobre denúncias referentes às atividades do crime organizado em Juiz de Fora, com envolvimento de policiais civis e militares do Estado e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Priscila Pereira Santos, Delegada de Polícia, informando que em relação as ameaças narradas no relatório de visita feita por esta Comissão à comunidade Quilombo de Pimentel, no Município de Pedro Leopoldo, foram lavrados os Termos Circunstanciados de Ocorrência e que está em tramitação na Delegacia o Inquérito Policial 1219913, tendo como vítima Luiz Carlos de Oliveira Aguiar, filho de Cláudia Marques de Oliveira; e dos Srs. Cel PM Hebert Fernandes Souto Silva, Corregedor da PMMG, solicitando o envio de prova que permeia as acusações noticiadas em desfavor do investigado Ten.-Cel. PM Marcos Barbosa da Fonseca, Comandante do 19º BPM Teófilo Otôni, conforme registro nas notas taquigráficas da 5ª Reunião Ordinária desta Comissão; Celso Santos Carvalho, Secretário Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos – substituto – Ministério das Cidades, esclarecendo que a Comissão deverá observar os arts. 5º e 6º da CF e dando ciência da Resolução Recomendada nº 87, de 8/12/2009, do Conselho das Cidades, que trata da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios do Sr. Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo (21/6/2012); da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (22/6/2012). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. André Estevão Ubaldino Pereira, Procurador de Justiça Coordenador do Centro de Apoio Operacional ao Combate ao Crime Organizado; Alexandre França Campbell Pena, Delegado-Geral da Polícia Civil, representando Renato Fabrício Teixeira, Corregedor-Geral da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Cel. PM Hebert Fernandes Souto Silva, Corregedor da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Cap. PM Yoshio Luiz Yamaguchi, 135ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar; Cb PM Alexandre Maurício Terra



dos Santos, 31ª Companhia da Polícia Militar em Juiz de Fora; Cb PM Marcelo de Oliveira Fabre, 70ª Companhia da Polícia Militar em Juiz de Fora, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação do Instituto Médico Legal (IML) de Belo Horizonte, no tocante aos aspectos que ferem a questão dos direitos humanos; Rogério Correia, Pompílio Canavez e Sávio Souza Cruz em que solicitam sejam encaminhados ao Governador do Estado e ao Presidente da Cemig pedidos de providências para a reversão das demissões, sem justificativas, de 16 eletricitários concursados da Cemig Serviços, bem como de outros 4 trabalhadores da Cemig Distribuição, todos com estabilidade, por serem membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – Cipa - ou dirigentes sindicais; Luzia Ferreira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para analisar e discutir o anteprojeto de Estatuto da Diversidade Sexual elaborado pela Ordem dos Advogados do Brasil, o qual prevê a criação de um microsistema que concede direitos, criminaliza a homofobia e prevê políticas públicas para a população LGBT; Durval Ângelo (3) em que solicita seja encaminhada manifestação de repúdio ao Senado Federal do Paraguai, pela forma como foi conduzido o processo de "impeachment" do ex-Presidente Fernando Lugo, uma vez que a soberania popular foi agredida, ferindo normas elementares da ordem constitucional, a começar pelo direito de defesa; seja encaminhada manifestação de apoio ao ex-Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, em função do golpe parlamentar sofrido; seja realizada reunião de audiência pública para tratar das graves ocorrências ligadas a afronta aos direitos humanos dos trabalhadores da empresa Cenibra - Celulose Nipo Brasileira S.A., em todo o Estado de Minas Gerais, os quais vem sendo submetidos a altos riscos à saúde e elevado índice de demissões coletivas; Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada visita desta Comissão ao Presidente e ao relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, instaurada para apuração de práticas criminosas desvendadas pelas operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal, com o objetivo de entregar o relatório de visita realizada por esta Comissão à Delegacia da Polícia Federal em Juiz de Fora, a fim de ouvir denúncias de envolvimento de policiais civis e militares com o crime organizado em Juiz de Fora e da transcrição do depoimento do contraventor ouvido, acompanhada por mídia contendo o áudio do referido depoimento. Após, é aprovado o relatório de visita à Delegacia de Polícia Federal em Juiz de Fora, realizada em 15/6/2012, com a finalidade de ouvir denúncias sobre o crime organizado no Município e sobre ameaças de morte sofridas por policiais civis e militares, o qual será publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2012.

Rogério Correia, Presidente.

Relatório de Visita
Comissão de Direitos Humanos
Local visitado: Delegacia da Polícia Federal em Juiz de Fora
Apresentação

A requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, a Comissão de Direitos Humanos visitou, em 15/6/2012, a Delegacia da Polícia Federal em Juiz de Fora, com a finalidade de ouvir denúncias sobre o crime organizado no Município e sobre ameaças de morte sofridas por policiais civis e militares.

Participaram da visita o Deputado Paulo Lamac, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos; o Deputado Sargento Rodrigues; Cláudio Roberto Pessoa Dornelas, Delegado-Chefe da Delegacia da Polícia Federal em Juiz de Fora; o Delegado Federal Humberto de Mattos Brandão; Cláudio Costa Viveiros, Agente da Unidade de Inteligência da Polícia Federal; Luís Gustavo de Melo Beltrão, Promotor de Justiça Coordenador da Promotoria do Juizado Especial Cível e Criminal de Belo Horizonte; Alexandre Campbell França, Subcorregedor da Polícia Civil; o Ten.-Cel. PM Moisés Ricardo Pinto, Subcorregedor da Polícia Militar; Vânia Menezes Costa Pinheiro, Promotora de Justiça da Comarca de Matias Barbosa; Kelma Marcenal Pinto, Promotora de Justiça de Combate ao Crime Organizado da Comarca de Juiz de Fora; Plínio Lacerda, Promotor de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial da Comarca de Juiz de Fora.

Relato

A Comissão foi recebida pelos Delegados Federais Cláudio Roberto Pessoa Dornelas e Humberto de Mattos Brandão, que acompanharam os Deputados até as dependências da Delegacia Federal de Juiz de Fora, onde os demais participantes da visita aguardavam.

Inicialmente, o Delegado Federal Cláudio Roberto Pessoa Dornelas ressaltou a coragem do depoente, A. J. M., tido como banqueiro de jogo do bicho, ao comparecer ao Departamento da Polícia Federal e denunciar as ações criminosas imputadas a agentes do Estado e assinalou a necessidade de se manter o nome e a imagem do depoente em sigilo, para garantir sua segurança.

O Deputado Sargento Rodrigues ressaltou a necessidade de registro, em áudio e vídeo, do depoimento e garantiu o caráter sigiloso e reservado do material registrado. Agradeceu o suporte logístico dado pela Delegacia da Polícia Federal para a realização da visita e ressaltou que a presença da Comissão de Direitos Humanos em Juiz de Fora naquela oportunidade representava o apoio da ALMG às autoridades de segurança para apuração do suposto envolvimento de policiais civis e militares com o crime organizado naquele Município.

Em resposta a questionamento do Promotor de Justiça Plínio Lacerda, o Deputado Sargento Rodrigues descreveu quais elementos de informação já tinham sido amealhados até o momento, ressaltando que, a partir de denúncia anônima, obtiveram-se informações do envolvimento de policiais civis e militares com a exploração de jogos ilegais em Juiz de Fora. Asseverou que as notas taquigráficas



das reuniões anteriores desta Comissão, com as informações já obtidas, estão à disposição das autoridades competentes e poderão ser requisitadas.

Reafirmou a importância da realização daquela visita ao assinalar que nos últimos quatro anos foram apreendidas em Juiz de Fora mais máquinas caça-níqueis do que em Belo Horizonte, cuja população é muito superior à daquele Município. Assinalou a rentabilidade da exploração de cada máquina, bem como o descaramento de Frederico Márcio Arbex ao abordar um oficial da PMMG para tentar cooptá-lo para associar-se à exploração de jogos ilícitos. Além disso, ressaltou que as investigações apontam o envolvimento de Frederico Márcio Arbex com o Comando da PMMG, pois restou apurado que ele disse que era sócio do Cel. PM Anselmo, ex-Comandante da 4ª RPM, em negócios ilícitos e que “de Soldado a Coronel o procuravam pedindo dinheiro e que sempre deu dinheiro aos policiais”. Tais alegações foram confirmadas por policiais militares ouvidos pela Comissão de Direitos Humanos. Ressaltou que o policial militar que apresentou as denúncias ora investigadas, o Cb. PM Mageste, teve o seu armário arrombado e o seu carro danificado quando estava estacionado em frente ao no batalhão onde serve, reputando tais acontecimentos como represálias.

O Deputado encerrou suas manifestações iniciais assinalando a omissão no prosseguimento das investigações em face de oficiais da PMMG contra os quais pesam denúncias de envolvimento nos fatos ora apurados.

O Delegado Federal Cláudio Roberto Pessoa Dornelas asseverou que Frederico Márcio Arbex está envolvido com a exploração de prostituição e de jogos ilegais e realização de bailes funk em Juiz de Fora.

Em seguida, colheu-se o depoimento de A. J. M., acusado de contrabando por explorar máquinas caça-níqueis entre 2000 e 2007, quando foi preso. O depoente disse que conhece Frederico Márcio Arbex, tido como um dos grandes exploradores do jogo ilegal em Juiz de Fora, juntamente com Gerônimo, que é investigador da Polícia Civil. Segundo o depoente, Frederico e Gerônimo exploravam, cada um, aproximadamente 500 máquinas caça-níqueis, que, no auge da atividade ilegal, tinham faturamento semanal de R\$400,00, por máquina, nos pontos mais rentáveis. Asseverou que metade do valor total arrecadado era consumido por despesas da exploração, entre elas o pagamento de propinas a autoridades policiais. Confirmou que Frederico Márcio Arbex explora casa de prostituição em Juiz de Fora e usou a empresa Empada Caipira como meio para lavar o dinheiro obtido com a exploração de jogos ilícitos.

O depoente narrou que em agosto de 2010 explorava jogo ilegal (jogo do bicho), quando foi alvo de ação policial protagonizada pelos policiais civis Marcelo e Alexandre, vulgo “Carioca”. Em cumprimento de mandado de busca e apreensão na residência do depoente, os referidos policiais apreenderam um computador onde havia informações sobre a exploração do jogo do bicho pelo denunciante. Após a apreensão, o depoente foi conduzido à 7ª Delegacia da Polícia Civil em Juiz de Fora.

Na delegacia, os policiais Marcelo e Alexandre perguntaram ao depoente quanto ele estaria disposto a pagar pelas informações contidas no computador apreendido. A pergunta foi feita na presença do Delegado Fernando Camarota Filho, que a tudo assistia. O depoente respondeu que pagaria a quantia de R\$5.000,00. Nesse momento, o Delegado Fernando Camarota Filho disse aos policiais Marcelo e Alexandre que a devolução do computador ao depoente, sem lavratura do auto de apreensão e sem menção às informações nele contidas, lhe custaria R\$10.000,00, valor com o qual o depoente concordou. Acertado o valor da vantagem ilícita a ser auferida pelos policiais civis, o denunciante recebeu de volta o computador apreendido e o levou consigo.

Em seguida, o depoente compareceu à Delegacia da Polícia Federal em Juiz de Fora e narrou os fatos à autoridade policial federal. No dia seguinte, de posse da quantia exigida, o denunciante retornou à Delegacia da Polícia Federal para xerocopiar as cédulas a serem entregues aos policiais civis e ao Delegado da Polícia Civil a título de vantagem ilícita. Posteriormente, por volta das 16 horas daquele dia, o denunciante foi até a 7ª Delegacia da Polícia Civil, entregou o dinheiro ao policial civil Marcelo e foi embora. Após, ele retornou à Delegacia da Polícia Federal e assinou termo de depoimento onde narrou os fatos acima descritos.

Outrossim, o denunciante disse que ouviu dizer que o Delegado Fernando Camarota Filho cobrava R\$500,00 por mês, por ponto, dos exploradores de caça-níqueis estabelecidos no Centro de Juiz de Fora. Também ouviu dizer que outros Delegados e policiais civis estavam envolvidos, sem contudo saber declinar seus nomes, e que o Cel. PM Anselmo era amigo e sócio de Frederico Márcio Arbex, que participava de festas com prostitutas e promovidas pelo último.

Narrou que o Ten. PM Yamaguchi descobriu que policiais civis revendiam irregularmente máquinas caça-níqueis apreendidas em operações da Polícia Militar em Juiz de Fora. Perguntado sobre os nomes de bicheiros que atuam em Juiz de Fora, o denunciante recusou-se a responder, sob alegação de autoproteção e segurança. Por outro lado, confirmou que policiais militares faziam a segurança pessoal de Frederico Arbex.

Ressaltou que a casa noturna denominada Boite Prime, cuja propriedade é de Frederico Márcio Arbex, é casa de prostituição que funcionou por vários anos, segundo o seu entendimento, com a conivência das autoridades administrativas locais. Outrossim, confirmou o envolvimento de Frederico Arbex com a exploração de jogos ilegais, exploração da prostituição e corrupção ativa.

O depoente assinalou que a exploração de máquinas caça-níqueis atualmente está pulverizada no Município de Juiz de Fora, com muitos particulares explorando a atividade “no varejo”, ou seja, com poucas máquinas, e acredita que tal atividade diminuiu no Município por causa da repressão da Polícia Federal.

O depoente disse que o policial civil Gerônimo explora jogo ilícito de caça-níqueis e relatou que se envolveu em uma disputa por ponto de exploração de jogo com ele. Nessa ocasião, o policial Gerônimo se valeu de seu cargo para intimidá-lo e vencer a disputa pelo ponto em discórdia.

Ressaltou ainda que sabe que Frederico Arbex se vale de terceiros para ocultar seu patrimônio, que é tido como consideravelmente alto para os padrões do Município de Juiz de Fora. Asseverou que Frederico Arbex investiu aproximadamente R\$1.300.000,00 na construção da casa noturna que ele explora. Assinalou que Frederico está envolvido com contravenções de jogo do bicho e exploração de caça-níqueis há 15 anos, tendo construído seu patrimônio a partir dessas atividades ilícitas.

Confirmou que o Cb. PM Fabri achacava exploradores do jogo do bicho de Juiz de Fora, apreendendo valores nos pontos de exploração, lavrando boletins de ocorrência nos quais constavam valores inferiores àqueles efetivamente arrecadados e apoderando-se das diferenças, o que configura, em tese, o delito de prevaricação.

Por outro lado, o depoente asseverou que outros Delegados da Polícia Civil também recebiam propinas de exploradores do jogo do bicho em Juiz de Fora. Citou os nomes dos Delegados Cristino e César, que receberam R\$16.000,00 por mês entre 2004 e 2005. Alertou ainda que a Polícia Civil não realiza a repressão dos caça-níqueis em Juiz de Fora porque recebe valores dos contraventores por ponto explorado.

Denunciou que policiais militares também comparecem em pontos de exploração do jogo do bicho em Juiz de Fora, arrecadam os valores ali encontrados valendo-se de ameaças e violência, e vão embora sem lavrar qualquer boletim de ocorrência, o que aperfeiçoaria, em tese, o delito de roubo.

O depoente asseverou que as máquinas caça-níqueis são procedentes do Rio de Janeiro e já vem montadas, sendo entregues diretamente nos pontos previamente especificados. Assinalou também que Frederico Arbex implantou a utilização de máquinas eletrônicas da marca Luk para apontamento de jogo do bicho em Juiz de Fora. As referidas máquinas vieram de Goiás, pelo que o depoente sugeriu que existiria relação entre Frederico Arbex e o contraventor Carlos Cachoeira, sem, contudo, poder afirmar peremptoriamente a existência de tal relação.

Por fim, o depoente asseverou que o Delegado Fernando Camarota Filho conhecia os Promotores Carlos Augusto e Cleverson, ambos lotados em Juiz de Fora e a quem dirigiu pessoalmente a “notitia criminis” sobre a exigência de vantagem ilícita por parte do Delegado Camarota e dos policiais civis Alexandre e Marcelo para que deixassem de praticar ato de ofício, mas, segundo seu entendimento, não houve atuação ministerial para apuração dos fatos.

Conclusão

Em face das denúncias, a Comissão de Direitos Humanos aprovou os seguintes requerimentos: 1) para que este relatório, a transcrição do depoimento do contraventor ouvido durante a visita e de mídia que contenha o seu registro em áudio sejam enviados, para conhecimento e tomada das providências cabíveis, ao Senador Vital do Rego e ao Deputado Federal Odair Cunha, respectivamente Presidente e relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional instaurada para apuração de práticas criminosas desvendadas pelas operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal; 2) para que este relatório e as notas taquigráficas da audiência pública realizada em 4/6/2012 sejam encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, ao Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e ao Corregedor-Geral do Ministério Público, com pedido de providências para que adotem as medidas necessárias para apuração da prática, em tese, do delito de prevaricação imputada aos Promotores Marco André Ladeira de Oliveira, Cleversson Raymundo Sbarzi Guedes e Carlos Augusto Esteves de Carvalho, lotados na Comarca de Juiz de Fora.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2012.

Paulo Lamac - Sargento Rodrigues.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/6/2012

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira (substituindo o Deputado Neider Moreira, por indicação da Liderança do BTR) e os Deputados Carlos Mosconi e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os programas de reconstrução mamária através do Sistema Único de Saúde – SUS – em pacientes que tiveram suas mamas mutiladas pelo tratamento do câncer de mama, e o direito à preservação da fertilidade através de técnicas de reprodução assistida com criopreservação de embriões e gametas em pacientes submetidos ao tratamento de câncer. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria Elvira Salles Ferreira, Ex-Deputada Estadual e Federal, e os Srs. Marcílio Dias Magalhães, Superintendente de Redes de Atenção à Saúde, representando Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; João Henrique Penna Reis, Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia – Regional Minas Gerais, e Ricardo Mello Marinho, Diretor Científico da Clínica Pró-Criar, representando João Pedro Junqueira Caetano, especialista em infertilidade e Presidente dessa instituição, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Doutor Wilson Batista, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pela Presidência, para serem apreciados em reunião posterior, requerimentos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 1.259/2011, de autoria do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham amianto em sua composição, e Délio Malheiros em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o lançamento irregular de resíduos gerados pelas atividades do Instituto Médico-Legal de Belo Horizonte nas águas do Rio Arrudas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente - Doutor Wilson Batista - Hely Tarquínio.



ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/6/2012

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Délio Malheiros, Fred Costa, Lafayette de Andrada, Sebastião Costa e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Neider Moreira, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Délio Malheiros, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 3.086/2012, no 2º turno (Deputado Lafayette de Andrada). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado requerimento de autoria do Deputado Délio Malheiros em que solicita inversão da pauta de modo que o Projeto de Lei Complementar nº 28/2012 seja apreciado em primeiro lugar. A Presidência suspende os trabalhos por cinco minutos para acordo entre as lideranças. Reabertos os trabalhos, o Deputado Lafayette de Andrada assume a Presidência e registra a presença dos Deputados Sebastião Costa, Duarte Bechir (substituindo o Deputado Neider Moreira, por indicação da Liderança do BTR) e Tiago Ulisses (substituindo o Deputado Délio Malheiros, por indicação da Liderança do BAM) membros da supracitada Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 28/2012 (relator: Deputado Gustavo Corrêa) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça e pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.086/2012 (relator: Deputado Lafayette de Andrada) na forma do vencido em 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2012.

Délio Malheiros, Presidente - Elismar Prado - Gustavo Valadares - Lafayette de Andrada.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/6/2012

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Glaycon Franco, João Leite e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do BRT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei Complementar nº 13/2011, no 2º turno (relator: Deputado João Leite). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.322, 3.255, 3.285, 3.286/2012. A requerimento do Deputado Duarte Bechir, aprovado pela Comissão, é adiada a votação do Requerimento nº 3.273/2012. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final dos Projetos de Lei nº 3.035/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja encaminhado à Copasa pedido de informações sobre os motivos pelos quais não foram solucionados os constantes vazamentos na rede de abastecimento de água do Município de São José da Lapa; seja encaminhado à Copasa pedido de providências em prol do fiel cumprimento do prazo previsto para o início de funcionamento do novo sistema de abastecimento de água dos Municípios de São José da Lapa, Vespasiano e Lagoa Santa, para que a partir de agosto de 2012 o abastecimento comece a ser efetuado por meio da captação existente no Sistema do Rio Paraopeba; seja encaminhado à Copasa pedido de cópia do cronograma de implantação do novo sistema de abastecimento de água dos Municípios de São José da Lapa, Vespasiano e Lagoa Santa; seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências em prol da efetiva alocação de recursos orçamentários que garantam o imediato início das obras previstas no Programa de Revitalização da MG-434; seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações sobre os prazos para a efetiva execução das obras previstas no Programa de Revitalização da MG-434; Fred Costa em que solicita seja realizada visita ao Prefeito de Belo Horizonte, com a presença de representantes de associações de bairros, para tratar de temas relacionados à verticalização no Município de Belo Horizonte. É rejeitado requerimento do Deputado Elismar Prado em que solicita reunião de audiência pública no Município de Uberlândia, para debater o novo modelo de assistência à saúde do Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais - Ipsemg - que prevê a cobrança, além dos 3,2 % descontados na remuneração mensal do servidor público estadual, das consultas, exames e procedimentos médicos, bem como as dificuldades de atendimento e possível paralisação dos procedimentos no Hospital Madrecor, para os conveniados do Ipsemg de Uberlândia e região. É adiada a votação, a requerimento do Deputado Duarte Bechir aprovado pela Comissão, do requerimento do Deputado Fred Costa em que solicita reunião de audiência pública para debater o fechamento imediato da oferta de vagas para veículos no entorno de igrejas de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de julho de 2012.

Pompílio Canavez, Presidente .



ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/6/2012

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à demonstração e à avaliação, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado referentes ao primeiro quadrimestre de 2012, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” na data mencionada entre parênteses: ofícios do Sr. Antônio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social; do FNDE (2.668) (publicados no “Diário do Legislativo” de 21/6/2012.); e dos Srs. Antônio Carlos Andrada, presidente do TCEMG; Antônio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social; do FNDE (665); e da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão (publicados no “Diário do Legislativo” de 23/6/2012). A seguir, comunica que termina dia no 28/6/2012 o prazo para o recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 3.164/2012. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.781/2012 (Deputado Ulysses Gomes), no 2º turno; e 2.401/2001 (Deputado Gustavo Perrella), no 1º turno. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria da Conceição Barros de Rezende, Diretora da Superintendência de Contadoria Geral, e o Sr. Kléber Mateus, Assessor da Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública, representando o Sr. Leonarodo Maurício Colombini, Secretário de Estado de Fazenda; e a Sra. Maria Rita de Carvalho Rocha, Diretora da Central de Gestão Fiscal, representando a Sra. Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. O Deputado João Vítor Xavier retira-se da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.135, 2.344, 2.382 e 2.401/2011 e 2.996, 3.033, 3.056 a 3.058 e 3.099/2012 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.745 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Doutor Viana); e 2.781/2012 na forma do vencido no 1º turno com as Emendas nºs 1 a 3 (relator: Deputado Ulysses Gomes). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.811/2012, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Doutor Viana. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 3.256/2012, que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2012.

Zé Maia, Presidente - Doutor Viana - Tiago Ulisses - João Vítor Xavier.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/6/2012

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Carlos Pimenta e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” em 21/6/2012: ofícios dos Srs. Francisco Alves dos Reis Junior, Chefe da Seção de Segurança e Saúde do Trabalhador, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, e Helder Amorim, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região. A Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.460/2011, no 1º turno; 283/2011, 2.828, 3.171 e 3.209/2012, em turno único (Deputado Carlos Pimenta); 2.666/2011, 3.179 e 3.189/2012, em turno único (Deputado Tadeu Martins Leite); 2.988 e 3.187/2012, em turno único (Deputado Pompílio Canavez); 3.192/2012, em turno único (Deputado Juninho Araújo); e avoca a si a relatoria dos Projetos de Lei nºs 2.755/2011 e 3.182/2012, em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação da Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 767/2011 (relator: Deputado Carlos Pimenta, em virtude de redistribuição). Ato contínuo, após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 1.164/2011, em turno único; e 2.525/2011, em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, ficando prejudicado o Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Celinho do Sinttrocel, em virtude de redistribuição); e 688/2011, em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta (relator: Deputado Carlos Pimenta, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são

aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.843/2011, 2.795/2012 com a Emenda nº 1, 3.150/2012 com a Emenda nº 1, 3.030, 3.139, 3.143 e 3.150/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.167, 3.217, 3.237, 3.254 e 3.280/2012. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 43, 435, 1.718, 1.773, 2.235, 2.552/2011, 2.867, 2.932, 2.967, 2.968, 3.020, 3.023, 3.024, 3.026, 3.028, 3.029, 3.039, 3.040, 3.045, 3.046, 3.053, 3.054, 3.092, 3.105, 3.109 e 3.110/2012. A Presidente, Deputada Rosângela Reis, a fim de apreciar proposições de sua autoria, passa a direção dos trabalhos para o Deputado Carlos Pimenta. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.661/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da Deputada Rosângela Reis e do Deputado André Quintão (6) em que solicitam seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a inclusão, em sua grade curricular, de matéria referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente; seja encaminhado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – Sedese – e à Secretaria de Estado Extraordinária da Copa do Mundo pedido de providências para a definição de uma agenda de ações de prevenção do trabalho infantil e de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, tendo em vista a realização da Copa das Confederações, em 2013, e da Copa do Mundo, em 2014, com a ampliação dos investimentos para a efetivação dessa agenda; seja encaminhado à Sedese pedido de providências para a realização de diagnóstico específico sobre o trabalho infantil no Estado; seja encaminhado ao Ministério Público, ao Tribunal de Justiça e à Defensoria Pública pedido de providências para a inclusão de matéria referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente nos cursos preparatórios de suas respectivas carreiras; seja encaminhado às Corregedorias do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e da Defensoria Pública e ao Conselho Nacional de Justiça pedido de providências para coibir a expedição de autorização judicial para o trabalho de adolescentes menores de 16 anos de idade – exceto na condição de aprendiz, para adolescentes de 14 a 16 anos –, conforme previsto na Lei Federal nº 10.097, de 2000; seja encaminhado à Sedese pedido de providências com vistas à ampliação dos investimentos para a melhoria da estrutura e das condições de trabalho do Conselho Estadual de Assistência Social e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Presidente, Deputada Rosângela Reis, retoma a direção dos trabalhos. Ato contínuo, são aprovados, cada um por sua vez, os requerimentos dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja encaminhado à Cemig e à Cemig Serviços pedido de informações sobre a motivação da demissão de funcionários da Cemig Serviços ocorrida nos últimos meses, com especificação da motivação da demissão dos Srs. Paulo Marinho, Cláudio Coelho e Goethe Eduardo Barroso e da Sra. Adriana Lúcia de Melo; e Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as condições de trabalho dos empregados de empresas de transporte de valores. São recebidos pela Presidência, para serem apreciados em reunião posterior, os requerimentos dos Deputados Anselmo José Domingos em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para tratar do tema "Alienação Parental"; Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as condições de trabalho dos servidores nas instituições federais de ensino; e da Deputada Rosângela Reis e do Deputado Carlos Pimenta em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para a realização de diagnóstico do terceiro setor no Estado, a fim de se conhecerem as características e as potencialidades das instituições desse segmento para atuar em colaboração com o Estado na implementação das políticas públicas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2012.

Rosângela Reis, Presidente – Duarte Bechir – Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/6/2012

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Doutor Viana e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Arlen Santiago. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Liza Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a política pública de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar no Estado de Minas Gerais e comunica o recebimento da seguinte correspondência: Ofício nº 301/12 do Sr. Átila Maia da Rocha, Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura, publicado no "Diário do Legislativo" em (22/6/2012). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Edmar Guariento Gadelha, Subsecretário de Estado de Agricultura Familiar; Marcelo Lana Franco, Presidente, em exercício, da Emater; Rômulo Luiz Campos, Assessor da Fetaemg, representando Wilson Luiz da Silva, Presidente; Rodrigo Sant'Ana Alvim, Diretor da Faemg, representando Roberto Simões, Presidente; Carlos Augusto de Carvalho, Diretor-Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais; Emílio Elias Mouchrek Filho, Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros-Agrônomos; Carlos Roberto Alves, Presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. Os Deputados Antônio Carlos Arantes e Doutor Viana, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado e dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Doutor Viana, Rogério Correia e Arlen Santiago (5) em que solicitam seja realizada visita dos membros da Comissão à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão para debater as demandas para o fortalecimento da Emater; seja encaminhado a esta



Casa projeto de lei de planos de cargos e salários pelo Governo do Estado para os servidores da Emater; seja encaminhado ao Superintendente Regional do Incra no Estado ofício solicitando a realização de vistoria no Projeto de Assentamento Lagoa Dourada com o objetivo de viabilizar a liberação dos recursos do Banco do Brasil para a construção de casas; seja encaminhado ao Presidente da Emater pedido de providências para o fortalecimento e a ampliação dos projetos voltados para a juventude rural no âmbito do Programa Minas sem Fome, em especial do Projeto Transformar; e que seja realizada reunião de audiência pública no Distrito de Barra do Guaicuí, no Município de Várzea da Palma, para debater os problemas enfrentados pelo Projeto de Assentamento Tanque Rompe Dias. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente – Fabiano Tolentino – Liza Prado.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DAS ENCHENTES, EM 28/6/2012

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Arlen Santiago, Gustavo Corrêa e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Liza Prado e o Deputado Délio Malheiros. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a programar os trabalhos, e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Na oportunidade, ficam fixados o dia e horário das reuniões ordinárias para as quintas-feiras, às 10 horas. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Arlen Santiago (4) em que solicita seja aprovado como indicativo para a programação dos trabalhos desta Comissão, o seguinte temário: a) os sistemas federal e estadual de defesa civil, b) a política estadual de defesa civil - potencialidades e limitações, c) aspectos críticos da gestão de riscos e prevenção de desastres, d) resposta aos efeitos das enchentes - com destaque para os protocolos de solicitação de recursos por parte dos municípios, governo estadual e federal, e) acompanhamento de obras de reconstrução das áreas afetadas pela enchentes no Estado de Minas Gerais, f) fiscalização da aplicação dos recursos repassados aos municípios para aplicação em obras decorrentes das enchentes no Estado; seja convidado o engenheiro Paulo Antônio M. Avelar a contribuir para o trabalho desta Comissão de maneira permanente; seja realizada audiência pública para debater e obter esclarecimentos se o governo federal tomou medidas necessárias para garantir moradia adequada e segurança para moradores de baixa renda no período chuvoso, bem como os direitos humanos violados por conta da ausência de planejamento federal nessa área; sejam realizadas audiências públicas para debater (a nível federal, estadual e municipal) a aplicação dos recursos repassados aos Municípios para reparação dos danos decorrentes das enchentes; Délio Malheiros, em que solicita seja encaminhado pedido de informação aos Ministérios da Integração Nacional e das Cidades sobre as ações empreendidas para atender às vítimas das enchentes de 2012 no Município de Além Paraíba; da Comissão de Direitos Humanos em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater e obter esclarecimentos se o Estado de Minas Gerais tomou medidas necessárias para garantir moradia adequada e segurança para moradores de baixa renda no período chuvoso, bem como os direitos humanos violados por conta da ausência de planejamento nessa área. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2012.

Arlen Santiago, Presidente – Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, EM 28/6/2012

Às 18h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira (substituindo o Deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da Liderança do BTR) e os Deputados Paulo Lamac e Sebastião Costa (substituindo o Deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos do Deputado Paulo Lamac (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para que seja apresentado o programa Aliança pela Vida, bem como para discutir a Resolução nº 3205, de 4/4/2012, da Secretaria de Estado de Saúde, que aprova o Plano Mineiro de Enfrentamento ao Uso Indevido de Alcool, Crack e Outras Drogas, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial do Estado de Minas Gerais; e seja realizada visita ao 49º Batalhão da Polícia Militar, localizado na região de Venda Nova, nesta Capital, para conhecer o projeto Túnel da Droga. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2012.

Paulo Lamac, Presidente – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir.



ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/6/2012

Às 9h15min, comparece no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão-Mogol o Deputado Rogério Correia (substituindo o Deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do PT), membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Rogério Correia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre denúncia de que a mineradora SAM estaria ameaçando agricultores para que vendam suas terras, especialmente no Alto Rio Pardo. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria de Lourdes de Souza Nascimento, Presidente da Associação de Mulheres do Norte de Minas; o Sr. Aldenir Vianna Pereira, Diretor de Cidadania do Iter, representando o Sr. Wander Borges, Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária; o Ten. PM Idalécio José Leite Ferreira, Comandante do Pelotão de Polícia Militar de Grão-Mogol, representando o Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, Comandante-Geral da PMMG; os Srs. Eduardo Nascimento, Assessor de Meio Ambiente da Fetaemg, representando o Sr. Wilson Luiz da Silva, Presidente dessa entidade; Adair Pereira de Almeida, representante da comunidade do Distrito de Vale das Cancelas, do Município de Grão-Mogol; Alexandre Gonçalves, representante da Comissão Pastoral da Terra em Montes Claros; Moisés Borges de Oliveira, Coordenador Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens; Elcio Pacheco, da Rede Nacional Advogados Populares – Renap -, e Lúcio Moreira Costa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão-Mogol, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Rogério Correia, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência prorroga a reunião por duas horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2012.

Paulo Lamac, Presidente – Sargento Rodrigues – Rogério Correia.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/7/2012

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: da Sra. Thais Kessia de Barros Carneiro, cidadã de Nova Era, requerendo que esta Comissão solicite aos órgãos competentes apuração de suposto crime de tortura cometido nesse Município; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, no dia 14/6/2012: do Cel. PM Luís Carlos Dias Martins, Chefe do Gabinete Militar do Governador. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.637/2012, no 1º turno, para o qual designou o Deputado Sargento Rodrigues como relator. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.319 e 3.329/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais lotados na 5ª CIA M ESP/8 RPM, arrolados em lista anexa, pela atuação no Bairro Fraternidade, Município de Governador Valadares, que culminou na apreensão de quase 10 kg de drogas, além de outros materiais úteis à fabricação e à comercialização de substância entorpecente, cujo proprietário foi preso em flagrante delito; do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita o acompanhamento desta Comissão à reunião que acontecerá no dia 9/7/12, na Câmara Municipal de Frutal, com a presença do Secretário de Estado de Defesa Social, do Chefe da Polícia Civil e do Comandante Geral da Polícia Militar, para debater o alto índice de criminalidade na região; dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Zé Maia e Antônio Lerin (7), em que solicitam seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG pedido de providências para elevar a 4ª Companhia Independente da Polícia Militar em Frutal à condição de Batalhão; seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de providências para aumentar o efetivo da polícia civil no Município de Frutal, tendo em vista o aumento da criminalidade e a celeridade da proteção jurisdicional; seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para construir um novo presídio fora do centro do Município de Frutal, ressaltando que o existente já apresenta lotação excessiva; seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para aumentar o número de vagas com vistas à internação de adolescentes infratores nos Municípios de Uberaba e Uberlândia, bem como seja realizado estudo para a construção, em Frutal, de um Centro de Internação para Adolescentes; seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG pedido de providências para ampliar a sede da 4ª Companhia Independente da Polícia Militar em Frutal, tendo em vista as péssimas condições de trabalho dos policiais militares nesse local; seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências com vistas à construção de uma clínica para recuperação de dependentes químicos; seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para efetivar a implantação do projeto "Olho Vivo" no Município de Frutal, tendo em vista o aumento da violência, da criminalidade e do tráfico de drogas na região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2012.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Dalmo Ribeiro Silva.



ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/7/2012

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Lafayette de Andrada, Sebastião Costa, Doutor Wilson Batista (substituindo o Deputado Neider Moreira, por indicação da Liderança do BTR), Elismar Prado (substituindo o Deputado Rogério Correia, por indicação da Liderança do PT) e Gustavo Valadares (substituindo o Deputado Fred Costa, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.128/2012 é retirado de pauta, atendendo a determinação do Presidente, por descumprimento de pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.168/2012, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.327/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o déficit do quadro de servidores do Tribunal de Justiça e a ilegalidade do exercício de atividade-fim por servidores não integrantes do quadro do Judiciário mineiro; e Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 1870/2011, que dispõe sobre o cadastro de entidades representativas de dependentes. Foi recebido pela Presidência, para posterior apreciação, o requerimento do Deputado Gustavo Valadares em que solicita seja convocado o Secretário de Estado de Saúde para prestar informações sobre os critérios de distribuição de recursos desta Pasta na última quinzena de junho. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2012.

Délio Malheiros, Presidente - Lafayette de Andrada - Rogério Correia - Liza Prado.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, EM 3/7/2012

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Lamac, Doutor Wilson Batista e Duarte Bechir (substituindo este ao Deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dr. Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhada manifestação de congratulações às autoridades arroladas em lista anexa, pela colaboração prestada às atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas da Polícia Militar - Proerd. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2012.

Paulo Lamac, Presidente

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/7/2012

Às 20h1min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, João Vítor Xavier e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.135, 2.344 e 2.382/2011 e 2.996, 3.033 e 3.056 a 3.058/2012 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 28/2012 (relator: Deputado Zé Maia) e dos Projetos de Lei nºs 1.369/2011 (relator: Deputado João Vítor Xavier), 2.401/2012 (relator: Deputado Tiago Ulisses, em virtude de redistribuição) e 2.816/2012 (relator: Deputado Antônio Júlio), todos na forma dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 3.211/2012 (relator: Deputado Doutor Viana, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 2.881/2012 é convertido em diligência à Secretaria de Saúde, atendendo-se a requerimento do relator, Deputado Doutor Viana, aprovado pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2012.



Zé Maia, Presidente - Doutor Viana - Ivair Nogueira - Rosângela Reis - Lafayette de Andrada.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 6/7/2012, destinada à realização do ciclo de debates “Siga Vivo – Pelo Fim da Violência no Trânsito”.

Palácio da Inconfidência, 5 de julho de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 14 horas do dia 6/7/2012, destinada a homenagear o Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd .

Palácio da Inconfidência, 5 de julho de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/7/2012, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater os crescentes índices de criminalidade violenta que assolam o Município de Passos e região, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2012.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Pompílio Canavez, Glaycon Franco, João Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/7/2012, às 9 horas, na Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, com a finalidade de debater, com convidados, temas relacionados à BR-040 e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2012.

Almir Paraca, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.482/2011

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Relatório

De autoria do Deputado Paulo Lamac, a proposição em epígrafe revoga a Lei Estadual nº 13.958, de 26/7/2001.

Publicado no “Diário do Legislativo” de 23/9/2011, foi o projeto preliminarmente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Em 18/5/2012, devido à similaridade da matéria, foi anexada à proposição o Projeto de Lei nº 3.165/2012, de autoria do mesmo Deputado, que altera a Lei nº 13.958, de 26/7/2001, que cria a Área de Proteção Ambiental – APA – Fazenda Capitão Eduardo e dá outras providências.

Vem agora o projeto a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VIII, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame pretende revogar a Lei nº 13.958, de 26/7/2001, que cria a Área de Proteção Ambiental – APA – Fazenda Capitão Eduardo, na região nordeste do Município de Belo Horizonte, junto aos limites dos Municípios de Santa Luzia e Sabará.

Em sua justificação, o autor argumenta que o acelerado processo de expansão urbana dessa região e a não implementação efetiva da APA teriam levado à descaracterização da área. Além disso, considera que as políticas urbanas municipais, fundadas no zoneamento



instituído pela lei de uso e ocupação do solo do Município de Belo Horizonte, teriam características mais condizentes com a realidade local.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça diligenciou a proposição à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, que opinou pela alteração do texto da lei, e não pela sua revogação. Na proposta, a Semad sugere as seguintes alterações: nova redação ao art. 1º, incorporando memorial descritivo georreferenciado e retificando a área da APA; revogação dos arts. 3º e 5º, removendo as proibições incompatíveis com a categoria e suprimindo disposição inerente à lei de forma geral; e nova redação ao art. 4º, especificando modos de implantação, administração e gestão. Esses argumentos foram acatados pela Comissão, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que reproduz a proposta da citada secretaria.

Ainda no curso de sua tramitação, foi anexada à proposição o Projeto de Lei nº 2.165/2012, de autoria do mesmo Deputado, que altera a lei de criação da APA Fazenda Capitão Eduardo, reproduzindo a proposta encaminhada pela Semad.

Para procedermos à avaliação da proposição quanto ao mérito, cabe, primeiramente, remontar a história recente dos terrenos da antiga Fazenda Capitão Eduardo.

Pesquisando a legislação municipal sobre o tema, verifica-se que, no início da década de 1970, os terrenos da antiga fazenda foram desapropriados pela Prefeitura e cedidos à Superintendência Municipal de Limpeza Urbana para implantação de aterro sanitário. Contudo, até meados da década de 1980, tal equipamento urbano não havia sido implantado, o que levou a administração municipal a promover o assentamento de famílias integrantes do Movimento dos Sem-Casa I e II em parte das terras, conforme informações da ONG Favela É Isso Aí. Esses assentamentos, precariamente assistidos em seus primeiros anos, deram origem ao que são hoje os Bairros Capitão Eduardo, Beija-Flor e Paulo VI.

Nos anos 1990, concomitantemente às reivindicações por infraestrutura básica, as associações de moradores da região se organizaram para tentar impedir a instalação do aterro na região, mobilizando Deputados Estaduais e Vereadores. Nesse contexto, teve origem o Projeto de Lei nº 741/1999, de autoria parlamentar, que propôs a proteção ambiental da antiga fazenda, considerada uma das últimas áreas verdes da capital.

A proposição considerava a instituição de uma unidade de conservação – UC – uma medida eficaz para assegurar o bem-estar social, protegendo os atributos ambientais da região. Nessa perspectiva, a categoria APA foi escolhida por conciliar a manutenção da propriedade privada à proteção ambiental, por meio do controle das atividades causadoras de significativos impactos ambientais. Assim, em 2001, foi oficialmente instituída a APA Fazenda Capitão Eduardo.

Não obstante, a essa UC foram estabelecidas restrições quanto ao uso do solo mais severas que as da Lei Federal nº 6.902, de 1981, que dispôs sobre a categoria APA, o que, pode-se supor, teve por objetivo assegurar a não implantação do aterro sanitário. Contudo, a APA Fazenda Capitão Eduardo nunca teve seu conselho constituído ou seu plano de manejo elaborado, o que indica que a UC não foi devidamente efetivada.

Em 2006, o Instituto de Geociências Aplicadas de Minas Gerais – IGA – elaborou estudos com vistas a subsidiar o futuro plano de manejo da UC, promovendo levantamentos de solos, topografia, fauna, flora, entre outros fatores socioambientais, e realizando o georreferenciamento de seus limites. Não se pode dizer, porém, que a entidade tenha elaborado propriamente um zoneamento para a APA, nos termos da Lei Federal nº 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Snuc. Isso porque, segundo os arts. 2º e 27 da norma, o zoneamento, que define as restrições de uso nos diferentes setores da UC, é instrumento integrante do plano de manejo, que, no caso das APAs, deve ser elaborado, atualizado e implementado com ampla participação da população residente.

No que toca à organização dessa população com vistas à participação na elaboração e na execução de políticas públicas, verifica-se expressivo potencial em grupos como o de Agricultura Urbana do Capitão Eduardo, o “Semear”, o “Semear e Colher” e o “Farmacinha do Bairro Conjunto Paulo VI”, que se articulam para promover a utilização sustentável do solo e das plantas da região. Entre essas organizações, destaca-se o Grupo Comunitário de Agricultura Urbana do Capitão Eduardo, que promove a coleta sustentável de plantas medicinais na área da APA e organiza uma farmácia popular para a fabricação de remédios caseiros destinados ao atendimento da comunidade.

Em estudo de 2006 denominado “Subsídios para o desenvolvimento do plano de manejo sustentável de plantas medicinais da APA Fazenda Capitão Eduardo, Belo Horizonte, Minas Gerais”, a bióloga Ana Caldeira de Barros relata a importante capacidade de organização dos moradores e o significativo potencial medicinal da diversidade florística presente na APA. A pesquisadora destaca como principais ameaças à conservação do ecossistema da UC a contaminação de córregos por depósito de lixo e esgoto, a remoção da vegetação para formação de pastagens para o gado, o uso do fogo, a sobre-exploração da flora, os loteamentos irregulares e o despejo de entulhos.

Como se observa, há um expressivo potencial para a efetivação da APA Capitão Eduardo, que deverá contribuir para o uso sustentável dos recursos, para o controle dos fatores que ameaçam a biodiversidade local e para a participação popular na gestão do território. Assim, consideramos inoportuna a revogação da lei de criação da APA, manifestando nosso apoio à proposta de revisão da mesma lei, apresentada pela Semad.

Não obstante, identificamos na proposta um aspecto que merece aprimoramento. Trata-se do § 1º do art. 3º do projeto, que dá nova redação ao art. 4º da lei. Nesse dispositivo, define-se que o zoneamento da APA será revisto em conformidade com o plano diretor municipal. Contudo como notamos, a APA não dispõe de plano de manejo ou de zoneamento válidos nos termos do Snuc, de modo que não caberia referir-nos a sua revisão, mas sim a sua elaboração. Além disso, a ordem dos §§ 1º e 2º não expressa a sequência dos procedimentos necessários à implementação da APA, limitando o aspecto educativo da norma, e os termos do § 2º não reproduzem as disposições do Snuc referentes à categoria APA, já que não mencionam a participação da população residente no conselho da UC. Visando corrigir essas imperfeições, apresentamos a Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.



Conclusão

Desse modo, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.482/2011, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1 AO SUBSTITUTIVO Nº 1

Dê-se aos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 13.958, de 2001, a que se refere o art. 3º do Substitutivo nº 1, a seguinte redação:

“Art. 3º – (...)

Art. 4º – (...)

§ 1º – Para a efetivação do previsto no “caput”, será constituído conselho consultivo composto por representantes dos poderes públicos estadual e municipal, de entidades da sociedade civil organizada e da população residente na área abrangida pela APA.

§ 2º – O conselho a que se refere o § 1º elaborará o plano de manejo e o zoneamento da APA, observado o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte.’”.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2012.

Célio Moreira, Presidente - Adalclever Lopes, relator - Antônio Carlos Arantes.

PARECER SOBRE O SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 3.128/2012

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe “altera o art. 96 da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências”.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

As Comissões de Administração Pública, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Fiscalização Financeira e Orçamentária opinaram pela aprovação da matéria.

Durante a fase de discussão do projeto, no 1º turno, foi apresentado em Plenário o Substitutivo nº 1, que vem a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, § 2º, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela visa alterar o art. 96 da Lei Delegada nº 180, de 2011, que dispõe sobre a finalidade da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – Cetec – e estabelece suas competências.

O Substitutivo nº 1, de autoria do Deputado Rogério Correia, pretende reformular o projeto em análise, de forma que o texto da proposição contemple, além da nova finalidade e das novas competências que se pretendem atribuir ao Cetec, as que cabem atualmente a ele.

Conforme já salientado em outras oportunidades durante a tramitação do projeto, o que se pretende com as alterações veiculadas pela proposição é a reformulação institucional do Cetec, de modo a capacitá-lo como um centro provedor de tecnologias essenciais à elevação da produtividade e competitividade da indústria mineira.

Verifica-se que o substitutivo apresentado aprimora o projeto, na medida em que permite que o Cetec possa atuar de maneira mais ampla na consecução de seus objetivos, fornecendo instrumentos, como a realização de parcerias, para que a instituição se aproxime da indústria mineira, suprindo-a com soluções tecnológicas essenciais à sua competitividade.

No entanto, entendemos por bem apresentar um novo substitutivo, adequando o Substitutivo nº 1 à técnica legislativa e conferindo mais clareza e precisão ao texto normativo.

Conclusão

Somos, portanto, pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado em Plenário, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.128/2012 na forma do Substitutivo nº 2, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Altera o art. 96 da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 96 da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 96 – A Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – Cetec –, a que se refere a alínea “b” do inciso III do art. 12 da Lei Delegada nº 179, de 2011, tem por finalidade apoiar, por meio de parcerias, a gestão e a difusão de conhecimentos técnicos e científicos e o desenvolvimento tecnológico das empresas, com vistas à elevação da produtividade e da competitividade industrial no Estado e ao desenvolvimento econômico e social sustentável.

Parágrafo único – Compete ao Cetec, observada a política formulada pela Sectes:

I – apoiar o Estado na formulação e viabilização de políticas públicas nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

II – realizar análises de conjuntura e monitoramento das tendências da economia industrial estadual, nacional e internacional, observadas as diretrizes de planejamento público geral e da área industrial;

III – realizar prospecção de tecnologias de interesse estratégico e identificação de fontes de financiamento para desenvolvimento e inovação;



IV – difundir informações de natureza tecnológica, experiências e projetos executados junto à sociedade e criar mecanismos para facilitar a proteção aos direitos de propriedade intelectual e patentária da indústria mineira;

V – promover o intercâmbio com entidades de pesquisa, desenvolvimento, inovação, extensão, educação profissional e serviços técnicos de referência e com as instituições de ensino superior, públicas ou privadas, estaduais, nacionais ou internacionais, tendo em vista os interesses e as necessidades técnicas da indústria no Estado;

VI – organizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos destinados à indústria e ao desenvolvimento tecnológico;

VII – apoiar o desenvolvimento, em parceria com o setor industrial, de tecnologias e processos convencionais ou inovadores de produção, ambientalmente sustentáveis e limpos, para o progresso da indústria no Estado, provendo competitividade e ampliação quantitativa e qualitativa dos postos de trabalho;

VIII – prestar serviços relacionados à transferência, à adaptação, ao aperfeiçoamento, à criação e à aplicação de tecnologias básicas;

IX – contribuir para a formação e a capacitação de recursos humanos em sua área de atuação;

X – estimular a utilização adequada das potencialidades naturais do Estado e contribuir para a consolidação de seu parque industrial.”

Art. 2º – Caberá ao Cetec, no prazo de até cento e oitenta dias, adequar suas normas internas às previsões desta lei.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2012.

Délio Malheiros, Presidente – Lafayette de Andrada, relator – Liza Prado – Rogério Correia.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/7/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Júlio

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 5/7/2012, que exonerou Carlos Eduardo Vital Vasconcelos Fonseca do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando Julvan Rezende Araújo Lacerda do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Gabinete do Deputado Carlin Moura

exonerando, a partir de 5/7/2012, Luana Adriana da Silva Torres do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando Rafael Silveira do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando Pedro Amaral de Aguiar Gama do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

nomeando Maria Evanilda da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Pedro Amaral de Aguiar Gama para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Rafael Silveira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Gabinete do Deputado Délio Malheiros

exonerando, a partir de 5/7/2012, Roberto Tolentino de Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

Gabinete do Deputado Delvito Alves

exonerando Maria das Dores Campos Abreu Lousado do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Jordana Marissa Coimbra Rodrigues Peixoto para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

nomeando Silvano Otaviano Lousado para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa

exonerando Maira Bethânia Braz de Queiroz do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Karine Braz de Queiroz para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Gustavo Valadares

exonerando José Antonio Dias Ribeiro do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando Willyanne Brandão Andrade do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Fabiane Pereira Veloso para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando José Antonio Dias Ribeiro para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

exonerando, a partir de 5/7/2012, Antônio José Alexandre Lima do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Mariléia de Fátima Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado Doutor Wilson Batista

exonerando Geraldo Lucio do Carmo do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

exonerando José Geraldo Bitencourt Júnior do cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas;

exonerando Rosane Aparecida de Oliveira Constantino do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;



nomeando Abelardo Rodrigues Tostes para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;
nomeando Alan Dala Paula Torres para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Geraldo Lucio do Carmo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas;
nomeando José Geraldo Bitencourt Júnior para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, da Resolução nº 5.203, de 19/3/02 e 5.305, de 22/6/07, assinou os seguintes atos:

exonerando Deusdedit Geraldo da Silva do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Edna de Lourdes Souza para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 3/7/2012, que nomeou Fernando Barros de Souza para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, jornada de 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Guilherme Soares Leite do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

exonerando Joaquim Chagas do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR;

exonerando Patricia Viana Marques Brandao do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Fernando de Jesus Gonçalves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Patricia Viana Marques Brandao para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Silvana Vasconcelos de Oliveira Souza para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea “I”, da Lei Complementar Federal nº 64/90, da Resolução nº 18.019, de 2/4/1992, do Tribunal Superior Eleitoral e do inciso II do art. 171 da Deliberação da Mesa nº 269, de 5/5/1983, assinou os seguintes atos:

concedendo licença especial, para candidatura a cargo eletivo, no período de 7/7/2012 a 6/10/2012, aos servidores Israel dos Santos Naziazeno, Agente de Execução das Atividades da Secretaria; Fernando Gonçalves Oliveira, Técnico de Apoio Legislativo; Haroldo Dartagnan de Carvalho, Analista Legislativo; Maurício José Ribeiro, Agente de Execução das Atividades da Secretaria; Paulo Emílio de Oliveira, Analista Legislativo; Patrus Ananias de Souza, Analista Legislativo; Washington Angelo Cabral, Agente de Execução das Atividades da Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 41/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 25/7/2012, às 9h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço por lote, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de licenças de “softwares”.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$ 0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 5 de julho de 2012 .

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 52/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 23/7/2012, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para elaboração de maquete da Praça Carlos Chagas e do Palácio da Inconfidência.



O edital se encontra à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 5 de julho de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 61/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 24/7/2012, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de mesas digitalizadoras.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$ 0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar sua reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 5 de julho de 2012 .

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO - ADT/66/2012

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Amaral e Macedo Odontologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto deste aditamento: inclusão de 1 (uma) especialidade e ampliação do objeto. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1